

CORREIO PAULISTA

Gabriel Eid/AleSp



AleSp: Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento

Discussão sobre LDO 2027 será retomada nesta terça-feira

A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da AleSp retoma nesta terça-feira (23), às 14h, a análise do Projeto de Lei nº 407/2026, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027. A reunião havia sido suspensa por uma semana para que os parlamentares pudessem avaliar dois relatórios: um da situação, do relator Fábio Faria de Sá (Podemos) e outro da oposição, dos deputados Enio Tatto e Luiz Carlos Marcolino, ambos do PT. O projeto estabelece as diretrizes fiscais, metas e prioridades que vão orientar a elaboração do orçamento estadual do próximo ano, com previsão de receitas e despesas de R\$ 368,4 bilhões. A reunião anterior, no dia 16 de junho, foi marcada críticas à execução de Emendas Parlamentares por parte do Governo Tarcísio.

Debate sobre moradias para idosos

A AleSp sediou na última sexta(19) debate sobre moradias coletivas para idosos. A discussão está relacionada ao Projeto de Lei nº 198/2025, de autoria do ex-deputado Simão Pedro (PT), em coautoria com o deputado Eduardo Suplicy (PT), que propõem alternativas habitacionais voltadas à população idosa, com foco em convivência, autonomia e cuidado compartilhado. A iniciativa integra discussões sobre políticas públicas de envelhecimento no Estado.

André Souza/Correio da Manhã



Renan Santos e Kim Kataguirri em conversa no sábado(20)

Missão estuda nome para disputa em SP

Depois de Kim Kataguirri anunciar que buscará a reeleição como deputado federal, o partido Missão deverá lançar outro nome para a disputa ao Governo do Estado. A coluna apurou que nesta segunda-feira (22) a sigla ainda discutia internamente a situação. Há dois nomes prováveis do partido para concorrer ao Palácio dos Bandeirantes, mas que ainda não poderiam ser divulgados. Não há previsão para anúncio oficial do novo pré-candidato. A saída de Kataguirri (Missão) e Paulo Serra (PSDB) do páreo polariza a disputa ao Governo entre Tarcísio (Republicanos) e Haddad (PT).

Postagens nas redes sociais

Pré-candidato à Presidente da República, Renan Santos(-Missão) recorreu ao Tribunal de Justiça de SP após a 45ª Vara Cível negar a retirada de publicações em redes sociais que citam boletim de ocorrência de 2021 em que ele é apontado em acusação de estupro e violência doméstica. A defesa de Renan alega difamação e pede remoção das postagens. O recurso ainda não foi julgado.

POR
ANDRE SOUZA

Apoio do PSDB

Com a saída de Paulo Serra(PSDB) da disputa ao Governo de São Paulo, fica a expectativa sobre o apoio do partido nas eleições. O Presidente Nacional do PSDB, Aécio Neves, disse à Globo News nesta segunda-feira(22) que a executiva nacional do partido deverá decidir possíveis apoios, ou não, nas próximas semanas.

Márcio França

Para evitar a vitória de Tarcísio de Freitas(Republicanos) em 1º turno, Márcio França (PSB) conversa nos bastidores com o PT para se lançar pré-candidato ao Governo em SP como uma terceira opção aos paulistas. França participou de evento no domingo(21) ao lado da pré-candidata ao Senado, Marina Silva(Rede).

Simone Tebet

Simone Tebet(PSB), que ainda aguarda a definição se será pré-candidata ao Senado ou à vice de Fernando Haddad(PT) na disputa pelo Governo, postou nas redes sociais sobre o processo de metamorfose das borboletas para mandar recado às mulheres. "Quero que as mulheres abram as asas para viver os sonhos" -disse.

Tarcísio de Freitas

De olho na reeleição, Tarcísio de Freitas (Republicanos) inaugurou na segunda(22) o Centro TEA, para autistas, em Bauru. Nesta terça-feira(23) cumpre agenda de inaugurações na região de Presidente Prudente. Em Pirapozinho deve entregar 200 moradias em conjunto habitacional, além de títulos de regularização fundiária a produtores de 75 assentamentos.

Fernando Haddad

Pré-candidato ao Governo, Fernando Haddad(PT) participou na segunda(22) de aula online sobre "Políticas Públicas nas Cidades" no Núcleo de Apoio à Pesquisa da Escola da Metrôpole - Instituto de Estudos Avançados da USP. Nos últimos dias, disse nas redes que quer trazer a "Segurança Pública" para o centro do debate eleitoral.

Guilherme Derrite

Pré-candidato ao Senado, Guilherme Derrite(PP) participou de entrevista no Veja+ para falar do programa de segurança pública, "Brasil Sem Medo", que tem como um dos pilares a castração química, a construção de megaprisões, redução da maioridade penal e punição para menores de 14 anos.



Remédio é utilizado para diabetes tipo 2 e obesidade

Projeto de Lei sobre caneta de emagrecer no SUS, em SP

Proposta na AleSp cria protocolo da tirzepatida na rede pública

Andre Souza

Um projeto de lei apresentado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (AleSp) propõe a criação de um protocolo para dispensação, autorização e acompanhamento do uso da tirzepatida no tratamento da obesidade no Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta é da deputada estadual Dani Alonso(PL), com apoio do deputado federal Capitão Augusto(PL), aliados de Tarcísio de Freitas(Republicanos).

A iniciativa consta no Projeto de Lei nº 557/2026, que autoriza o governo estadual a instituir um protocolo específico para o uso da tirzepatida no SUS, popularmente chamada de "Monjauro". O medicamento tem como princípio ativo a substância usada em tratamentos relacionados ao diabetes tipo 2 e à obesidade, sob prescrição médica.

No texto, o fornecimento é condicionado à adoção de critérios clínicos, assistenciais e socioeconômicos, com foco em pacientes com obesidade associada a comorbidades e baixa capacidade de acesso ao tratamento na rede privada. O objetivo declarado é organizar a oferta do medicamento dentro de parâmetros definidos pelo poder público.

De acordo com o projeto, para receber o medicamento, o paciente deverá ter indicação formal de médico endocrinologista, diagnóstico de obesidade com presença de doenças associadas, como

diabetes, hipertensão ou doenças cardiovasculares, além de histórico de tentativa prévia de tratamento não medicamentoso. Também será exigida avaliação socioeconômica para definição de prioridade.

O protocolo prevê acompanhamento multiprofissional durante todo o tratamento, com atuação de endocrinologistas, nutricionistas, psicólogos e educadores físicos, além de assistência social quando necessário. A continuidade do uso dependerá da adesão do paciente às consultas e às orientações das equipes de saúde.

O texto estabelece ainda critérios para suspensão do tratamento em casos de falta de adesão, ausência de resposta clínica satisfatória ou perda dos requisitos de elegibilidade definidos no protocolo. Na justificativa, os parlamentares afirmam que a obesidade é uma doença crônica reconhecida pela Organização Mundial da Saúde e associada ao aumento de casos de diabetes tipo 2, hipertensão arterial, apneia do sono e doenças cardiovasculares. Eles destacam que o tratamento adequado pode reduzir complicações e internações, além de impactos no sistema público de saúde. O projeto também prevê mecanismos de monitoramento e avaliação periódica dos resultados clínicos e do impacto financeiro da medida no orçamento estadual.

A proposta foi protocolada na AleSp e precisa tramitar nas Comissões Permanentes antes de ser votada em Plenário.